

PROJETO DE LEI Nº 163, de 20 de setembro de 2022.

Altera a Lei Municipal nº 2845, de 02 de dezembro de 2011, que "fixa destinação exclusiva para instalação e funcionamento do Parque Ecoagropecuário em terreno rural localizado no Córrego do Bação".

Art. 1º - Fica acrescido o inciso VII ao parágrafo único do Art. 1º da Lei Municipal nº 2845, de 02 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - (...)

Parágrafo único - (...)

VII. Escola Municipal, com área construída de 941,51m² (novecentos e quarenta e um metros quadrados e cinquenta e um centímetros quadrados)".

Art. 2°- Ficam integralmente revogados os Arts. 2° e 3° da Lei Municipal n° 2845, de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itabirito, 20 de setembro de 2022.

Orlando Amorim Caldeira PREFEUTO MUNICIPAL



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Exmo. Sr. Presidente, Senhores Vereadores,

Pelo presente, encaminho à análise de V. Exa. e dos nobres Edis,a fim de ser submetido à deliberação dessa Augusta Câmara Municipal, o Projeto de Lei anexo, que "altera a Lei Municipal no 2845, de 02 de dezembro de 2011, que 'fixa destinação exclusiva para instalação e funcionamento do Parque Ecoagropecuário em terreno rural localizado no Córrego do Bação".

Trata-se de Projeto de Lei que busca regularizar a situação da Escola Municipal Olímpia Mourão Malheiros, acrescentando-se à Lei Municipal nº 2845, de 02 de dezembro de 2011, em seu art. 1º, parágrafo único, a existência da unidade de ensino no imóvel a que se refere o diploma legal.

Há que se ter em conta que no ano de 2014 fora emitida licença pelo poder público municipal no sentido de permitir-se a edificação da unidade escolar a que se refere o presente projeto de lei. Nesse sentido, observa-se que a administração pública, naquela oportunidade, não observou os procedimentos legais apropriados para a construção da unidade escolar no referido local, na medida em que a Lei Municipal nº 2845, de 02 de dezembro de 2011 não trazia em suas disposições a autorização para construção da referida escola naquele local. No entanto, a construção da escola aconteceu – utilizando-se, inclusive, repasse de recursos provenientes do FNDE.

Com efeito, as obras da unidade escolar tiveram início em 13/04/2015. A escola foi, de fato, edificada, inaugurada e está em perfeito funcionamento desde então – atendendo a toda a comunidade local. No entanto, para fins de prestação de contas junto ao FNDE, insta tornar regular a existência do prédio escolar no referido local – razão pela qual busca-se fazê-lo, através deste projeto de lei, dado que o FNDE não aceita construções em imóveis irregulares, mesmo de propriedade do Município. Dessa feita, caso não se proceda à regularização, o Município terá que devolver o recurso dispendido, ocasionando-se graves prejuízos ao erário público e transtornos diversos.

Finalmente, pretende-se revogar os artigos 2º e 3º, in totum, na medida em que trazem disposições que não se verificam na realidade. Com efeito, mencionam a gestão do parque ecoagropecuário por uma associação gestora – mas essa não existe e o que se observa é a gestão direta do parque pelo próprio poder executivo municipal.

Com tais considerações, Senhor Presidente, sobretudo em face da relevância da matéria tratada nesta proposição, espero que essa Egrégia Câmara conceda o seu apoio ao presente projeto de lei, apreciando-o em regime de urgência e aprovando-o com a maior brevidade possível.



Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, a expressão do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Orlando Amorim Caldeira PREFEITO MUNICIPAL



Itabirito, 20 de setembro de 2022.

Ofício nº 307/2022-GP

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminhamos à análise de V. Exa. e dos nobres Edis, **em regime de urgência**, a fim de ser submetido à deliberação dessa Augusta Câmara Municipal, o Projeto de Lei anexo, que "altera a Lei Municipal no 2845, de 02 de dezembro de 2011, que 'fixa destinação exclusiva para instalação e funcionamento do Parque Ecoagropecuário em terreno rural localizado no Córrego do Bação".

Senhor Presidente, em face da relevância da matéria tratada nesta proposição, esperamos que essa Egrégia Câmara conceda o seu apoio ao presente Projeto de Lei, apreciando-o e aprovando-o com a maior brevidade possível.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, a expressão do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Orlando Amorim Caldeira PREFEITO MUNICIPAL

A Sua Excelência o Senhor ARNALDO PEREIRA DOS SANTOS Presidente da Câmara Municipal de ITABIRITO – MG.

Roseledo - 23/09/27 - 17:40h